

CÂMARA DE VEREADORES DE TERRA DE AREIA
SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: Manoel Pedro de Andrade

Secretária: Elizete Ferreira

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, reuniram-se os seguintes Vereadores, Elizete Ferreira, Josuel Schneider, Lindonês K. dos Santos, Lucas Vieira, Lucimara da Silva, Manoel Andrade, Márcio Ferrari, Mônica de Souza e Pedro Henrique Gross de forma presencial. Assim havendo número regimental de Vereadores, neste momento o Senhor Presidente convida a Nobre Vereadora Elizete Ferreira para a leitura de um pequeno texto da BÍBLIA SAGRADA. Logo após o mesmo colocou em discussão e votação a ata da Sessão Ordinária do dia 14/04/2026, que foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a Senhora Secretária para fazer a leitura do **EXPEDIENTE: DO LEGISLATIVO – Projeto de Lei do Legislativo nº 07/2026** – “Dispõe sobre a garantia de igualdade de participação em atividades pedagógicas para alunos da educação infantil matriculados por meio de vagas custeadas pelo Município em instituições privadas conveniadas no Município de Terra de Areia e dá outras” **Pedido de Informação nº 01/2026** – “Solicitamos respeitosamente o pedido de informação: Quantitativo total de auxiliares na rede municipal de ensino; Lotação das auxiliares por escola; Relação de atendentes que atuam como auxiliares em escolas de ensino fundamental; Identificação das escolas onde atendentes exercem função de auxiliares, com nome dos servidores; Indicação das turmas atendidas por auxiliares e por atendentes”. **Pedido de Informação nº 02/2026** – “Solicitamos respeitosamente o pedido de informação: Relação dos motoristas de veículos leves do município; Indicação das secretarias em que estão lotados; Carga horária e vínculo funcional de cada servidor; Informações sobre a frota de veículos leves e as secretarias que os utilizam; Verificação de veículos oficiais conduzidos por servidores que não são motoristas, com: Nome do servidor; Cargo ocupado; Secretaria de lotação; Justificativa para condução; Informação sobre eventual regulamentação que autorize essa prática”. **Pedido de Informação nº 03/2026** – “Solicitamos respeitosamente o pedido de informação: O valor total gasto com a realização da Semana do Município; A relação detalhada das despesas realizadas; A lista das empresas contratadas, com os respectivos valores e modalidade de contratação; A origem dos recursos utilizados; Cópia dos documentos comprobatórios das despesas (contratos, empenhos e notas fiscais); A discriminação dos gastos por secretaria ou órgão envolvido”. **Pedido de Informação nº 04/2026** – “Solicitamos respeitosamente o pedido de informação: Valor total gasto com a realização da etapa de motocross; Relação das despesas e empresas contratadas; Informações sobre o uso de horas-máquina, com quantitativo, tipo de máquinas e custos; Origem dos recursos utilizados; Documentos comprobatórios das despesas”. **Pedido de Informação nº 05/2026** – “Solicitamos respeitosamente o pedido de informação: Qual o valor total gasto pelo município com a impressão, em gráfica, das provas do CAEd; Qual a empresa contratada, com respectivo CNPJ e valor do contrato; Qual a modalidade de contratação utilizada; Quantidade de provas impressas e escolas atendidas; Cópia dos contratos, empenhos e notas fiscais referentes ao serviço”. **Pedido de Providência 09/2026** – “Os Vereadores que subscrevem, requerem a Vossa Excelência que nos termos regimentais, seja encaminhado ao Poder Executivo o Pedido de Providência: Que sejam adotadas as medidas

...medidas necessárias para que todas as evoluções, despachos e manifestações realizadas nos processos protocolados junto à Prefeitura Municipal de Terra de Areia sejam disponibilizadas no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis após sua realização, garantindo o pleno acesso à informação por parte do cidadão interessado. Requer-se, especialmente, que: As atualizações sejam disponibilizadas de forma clara e acessível; O sistema de protocolo online esteja devidamente atualizado em tempo hábil; Seja assegurado ao autor do processo o acompanhamento integral de toda e qualquer movimentação, despacho ou manifestação administrativa”. **Pedido de Providência 10/2026** – “Os Vereadores que subscrevem, requerem a Vossa Excelência que nos termos regimentais, seja encaminhado a ao Poder Executivo o Pedido de Providência: Solicita instalação de fechadura eletrônica com vídeo e grade pantográfica na Escola Municipal Laertsan Tavares de Carvalho”. **DO EXECUTIVO - OF. GB Nº 101/ 2026** – Leis Municipais nº 2.966/2026 – “Autoriza a abertura de crédito especial no valor total de R\$ R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)” e nº 2.967/2026 – “Autoriza a contratação temporária de profissionais, para atuarem na Secretaria Municipal de Obras e Trânsito”. **Oradores inscritos**, não havendo nenhum orador inscrito, nesse momento passo a palavra ao senhor líder de bancada. **LÍDERES DE BANCADA**. Não havendo nenhum Líder de Bancada querendo fazer o uso da palavra. O Presidente passa de imediato para a **ORDEM DO DIA: DO LEGISLATIVO: PEDIDO DE INDICAÇÃO 03/2026** – O Senhor Presidente colocou em discussão, neste momento a Vereadora Mônica de Souza pede a palavra: A palavra está com a Vereadora Mônica de Souza para discutir o projeto por cinco minutos. A Vereadora manifestou-se cumprimentando o Senhor Presidente, os colegas vereadores, as pessoas presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão de seus lares. Na sequência, informou que sua bancada protocolou pedido de indicação ao Poder Executivo visando à decretação de estado de calamidade pública ou situação de emergência no município, em razão da infestação de maruins. Destacou que outras Câmaras Municipais já adotaram medidas semelhantes, ressaltando a importância da união de esforços diante da gravidade da situação, a qual já havia sido mencionada em sessões anteriores. Esclareceu que a eventual decretação possibilitaria ao Município maior flexibilidade na gestão de recursos, permitindo sua realocação conforme a necessidade, bem como conferindo ao Poder Executivo condições legais para adotar medidas urgentes no enfrentamento do problema. Relatou as dificuldades enfrentadas pela população, citando como exemplo a localidade de Sanga Funda, mencionando, inclusive, situações pessoais que evidenciam a gravidade do problema, especialmente em relação a pessoas com sensibilidade ou alergias, o que tem impactado diretamente a rotina dos munícipes. Ressaltou, por fim, que a indicação tem como objetivo buscar alternativas para amenizar os impactos da infestação, seguindo exemplos positivos de outras localidades, e possibilitar à Executivo maior capacidade de atuação para atender a comunidade. Nada mais havendo, encerrou sua manifestação. Não havendo mais quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade; **PEDIDO DE INDICAÇÃO 04/2026** - O Senhor Presidente colocou em discussão, neste momento a Vereadora Mônica de Souza pede a palavra: A palavra está com a Vereadora Mônica de Souza para discutir o projeto por cinco minutos. A Vereadora manifestou-se, inicialmente, esclarecendo que a indicação apresentada por sua

...sua bancada trata da regulamentação do sistema de marcação de exames e consultas no município. Relatou que tem recebido diversas demandas da população, com relatos de longos períodos de espera, variando de meses a anos, bem como situações em que pacientes conseguem agendamentos em prazos distintos, o que, segundo destacou, evidencia a ausência de critérios claros no processo de marcação. Ressaltou que a proposta tem como objetivo estabelecer critérios técnicos para a organização da fila de atendimentos, sendo o médico responsável por avaliar o grau de necessidade do paciente no momento do atendimento, definindo, assim, a prioridade no agendamento de exames e consultas. Destacou que a adoção desse modelo proporcionaria maior transparência e segurança à população, permitindo que os usuários acompanhem, de forma clara, a posição na fila de espera, por meio de sistema acessível ao público. Mencionou ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS) já disponibiliza ferramenta nacional de regulação, como o SISREG, a qual poderia ser utilizada pelo município para aprimorar o controle e a organização dos atendimentos. Enfatizou que a medida visa garantir maior equidade no acesso aos serviços de saúde, evitando discrepâncias nos prazos de atendimento e assegurando que a priorização ocorra conforme critérios técnicos, e não pela ordem de solicitação ou outros fatores. Por fim, destacou que a proposta segue exemplos de outros setores, como a educação, onde sistemas de transparência na fila de espera já foram implementados com resultados positivos. Ressaltou que a indicação busca proporcionar maior organização, transparência e justiça no atendimento à população. Nada mais havendo, agradeceu e encerrou sua manifestação. Não havendo quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade; **DO EXECUTIVO: PROJETO DE LEI Nº 20/2026** – O Senhor Presidente colocou em discussão, neste momento a Vereadora Mônica de Souza pede a palavra: A palavra está com a Vereadora Mônica de Souza para discutir o projeto por cinco minutos. A Vereadora manifestou-se abordando o projeto referente ao déficit atuarial do fundo previdenciário municipal, destacando a importância da análise do tema. Informou que, no ano anterior, por ocasião da votação do projeto, o município apresentava uma dívida aproximada de R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais), sendo estabelecido um plano de pagamento ao longo de 12 meses. No entanto, ressaltou que, atualmente, o valor da dívida alcança aproximadamente R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais), evidenciando aumento significativo mesmo após o período de pagamentos realizados. Relatou que, diante dessa situação, buscou esclarecimentos junto à contadora do município, a quem agradeceu pela disponibilidade e pelas informações prestadas. Destacou que seu principal questionamento refere-se à forma de amortização adotada, especialmente pelo fato de que, no início do plano, os valores pagos são reduzidos, enquanto os aportes mais elevados ficam projetados para o futuro, em períodos mais longínquos. Observou que, conforme demonstrado nas tabelas do projeto, os valores pagos atualmente são inferiores aos juros incidentes sobre a dívida, o que contribui para o aumento progressivo do saldo devedor. Ressaltou que tal situação pode ser comparada ao pagamento mínimo de um débito, no qual o montante principal continua a crescer em razão dos encargos. Questionou a possibilidade de adoção de um modelo de pagamento mais equilibrado, com valores mais expressivos desde o início, a fim de evitar o acúmulo de encargos ao longo do tempo e reduzir o impacto financeiro sobre as gestões futuras. Reconheceu a necessidade de equilíbrio orçamentário,

...orçamentário considerando que o aumento dos aportes poderia comprometer recursos destinados a outras áreas da administração pública, conforme mencionado em diálogo com o setor contábil. Contudo, destacou a importância de ampliar o debate sobre o tema, visando alternativas que minimizem o crescimento da dívida. Por fim, sugeriu que a matéria continue sendo acompanhada e discutida ao longo do exercício, especialmente considerando que o projeto deverá retornar para nova análise no próximo ano, com o objetivo de avaliar a possibilidade de ajustes no plano de pagamento, buscando maior sustentabilidade financeira ao município. Nada mais havendo, encerrou sua manifestação. O Senhor Presidente questiona se há mais alguém interessado em discutir a matéria. Neste momento, o Vereador Lucas Vieira solicita a palavra. O Senhor Presidente concede a palavra ao Vereador Lucas Vieira para discutir o projeto pelo prazo de cinco minutos. O Vereador manifestou-se cumprimentando os colegas vereadores e as pessoas presentes no plenário. Inicialmente, abordou o projeto referente à suplementação anual relacionada ao cálculo do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destacando que se trata de matéria recorrente e de grande relevância. Esclareceu que o déficit atuarial existente é decorrente de legislações anteriores que permitiam a retenção de valores dos servidores sem o devido repasse ao fundo previdenciário, o que, ao longo do tempo, contribuiu para a formação do passivo atualmente enfrentado pelo município. Informou que, atualmente, o município vem realizando aportes inclusive superiores aos valores previstos em lei, com o objetivo de reduzir o déficit existente. Ressaltou que o pagamento segue os parâmetros legais, destacando que o aumento dos aportes impacta diretamente na capacidade de investimento em outras áreas, podendo refletir na prestação de serviços à população. Destacou que o município está promovendo a realização de um censo previdenciário, com o objetivo de atualizar os dados referentes aos servidores ativos e inativos, o que permitirá maior precisão no planejamento e na adoção de medidas voltadas à redução do déficit. Informou ainda que estão sendo analisadas possíveis alterações legislativas para contribuir com o equilíbrio do fundo previdenciário, reforçando que se trata de um processo que exige diversas ações estruturadas ao longo do tempo. Ressaltou a importância do tema para os servidores públicos municipais, afirmando que todas as medidas adotadas estão sendo realizadas dentro da legalidade, sem prejuízo aos direitos dos servidores, destacando ainda que existem instâncias responsáveis pela gestão do fundo, as quais permanecem à disposição para esclarecimentos. Por fim, informou que já foram realizadas reuniões sobre o tema e que outras ainda ocorrerão, com o objetivo de garantir transparência e esclarecimento aos servidores. Agradeceu e encerrou sua manifestação. O Senhor Presidente questiona se há mais alguém interessado em discutir a matéria. Neste momento, o Vereador Márcio Ferrari solicita a palavra. O Senhor Presidente concede a palavra ao Vereador Márcio Ferrari para discutir o projeto pelo prazo de cinco minutos. O Vereador manifestou-se cumprimentando o Senhor Presidente e os colegas vereadores, passando a expor suas considerações acerca do projeto em discussão. Inicialmente, destacou possuir conhecimento e experiência na área, ressaltando que o tema tratado refere-se ao fundo previdenciário dos servidores públicos municipais, o qual apresenta déficit atuarial. Esclareceu que não se trata de atribuição de responsabilidade a gestões anteriores, mas sim de reconhecer que o ente

...que o ente empregador, no caso o Município, possui obrigação de aportar recursos ao fundo, garantindo a aposentadoria dos servidores. Informou que também buscou esclarecimentos junto à servidora responsável, reconhecendo sua disponibilidade e colaboração, bem como analisou relatórios técnicos sobre o tema. Ressaltou a necessidade de cautela na apreciação da matéria, mencionando que, inclusive, solicitou, em reunião de comissão, a ampliação do prazo para análise, com o objetivo de aprofundar o diálogo e o entendimento sobre o projeto. Pontuou que, mesmo com aportes sendo realizados, o déficit permanece em crescimento, o que indica a necessidade de avaliação mais detalhada quanto às causas, questionando se há inconsistências no cálculo atuarial ou insuficiência na entrada de recursos no fundo. Destacou que a gestão dos recursos atualmente disponíveis no fundo previdenciário tem sido realizada de forma eficiente, com aplicações financeiras adequadas e bons rendimentos. Contudo, ressaltou que a questão central envolve o passivo existente, cuja evolução preocupa, especialmente pelo fato de que os valores atualmente pagos não são suficientes para cobrir sequer os juros incidentes, o que tende a ampliar o montante da dívida ao longo do tempo. Abordou ainda a existência de diferenças nas regras de contribuição entre servidores, como no caso do magistério, destacando a necessidade de esclarecer tais pontos à população com base em dados técnicos, a fim de garantir transparência e compreensão sobre o tema. Por fim, afirmou respeitar o posicionamento dos demais vereadores, mas destacou seu desconforto em votar a matéria naquele momento, em razão da necessidade de maior debate e aprofundamento das informações. Assim, declarou seu voto contrário ao projeto na presente sessão, esclarecendo que sua posição não se opõe ao mérito da matéria, mas sim à insuficiência de discussão e diálogo sobre o tema. Agradeceu e encerrou sua manifestação. O Senhor Presidente questiona se há mais alguém interessado em discutir a matéria. Neste momento, o Vereador Pedro Henrique Gross solicita a palavra. O Senhor Presidente concede a palavra ao Vereador Pedro Henrique Gross para discutir o projeto pelo prazo de cinco minutos. O Vereador manifestou-se cumprimentando o Senhor Presidente, os colegas vereadores, as pessoas presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão de seus lares. Inicialmente, abordou novamente o tema do cálculo atuarial, destacando sua importância para a segurança dos servidores públicos municipais. Ressaltou que o cálculo atuarial consiste em metodologia técnica que garante o pagamento das aposentadorias de forma digna e segura, baseando-se em critérios matemáticos objetivos. Destacou que a situação atualmente enfrentada decorre de gestões anteriores, nas quais não houve o devido repasse de contribuições ao fundo previdenciário, fator que contribuiu para o cenário atual. Ressaltou que, diferentemente de períodos anteriores, a gestão atual vem cumprindo suas obrigações legais, realizando os aportes necessários e garantindo maior estabilidade ao fundo. Enfatizou que a gestão dos recursos previdenciários tem sido realizada de forma eficiente, destacando o trabalho do grupo gestor e das entidades responsáveis, como o BrasilPrev, que vêm conduzindo o censo previdenciário e realizando estudos técnicos para subsidiar uma futura reforma previdenciária no âmbito municipal. Esclareceu que o valor mencionado, aproximado de R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais), não se trata de dívida imediata do município, mas de uma projeção atuarial futura, baseada no tempo de contribuição dos servidores, expectativa de vida e período de recebimento dos benefícios. Ressaltou que todas as medidas adotadas estão

...estão em conformidade com a legislação vigente, visando garantir a segurança jurídica e financeira do sistema previdenciário municipal. Destacou ainda que os órgãos responsáveis têm prestado as informações necessárias, assegurando transparência e acompanhamento por parte dos interessados. Por fim, declarou que sua bancada é favorável à aprovação do projeto, por entender que a matéria está em conformidade com a legalidade e atende ao interesse dos servidores públicos, reafirmando o compromisso com a construção de políticas públicas responsáveis e de qualidade. Agradeceu e encerrou sua manifestação. Não havendo quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado pela maioria, sendo voto contrário, Vereador Márcio Ferrari, Vereadora Mônica de Souza e Vereador Josuel Schneiger; **PROJETO DE LEI Nº 21/2026** – O Senhor Presidente colocou em discussão, Não havendo quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade; **PROJETO DE LEI Nº 22/2026** – O Senhor Presidente colocou em discussão, Não havendo quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade; O Senhor Presidente passa para o espaço de **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: Sendo que fez uso da palavra a Vereadora Mônica de Souza PP, Márcio Ferrari PP, Lucas Vieira MDB, Josuel Schneiger PP e Pedro Henrique Gross MDB. Nenhum mais Vereador querendo fazer o uso da palavra, neste momento o Senhor Presidente declara encerrada a presente Sessão e convida a todos para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 27 abril de 2026. Do que para constar, foi lavrada a presente Ata que foi digitada e são levantados os trabalhos. Eu, Secretária, a subscrevo juntamente com o Senhor Presidente e demais Vereadores.

Presidente

Secretária
